

ATA, 55.ª REUNIÃO,
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2023

Aos dezasseis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, reuniu, pelas vinte e uma horas, na Sala das Sessões dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal, tendo sido simultaneamente transmitida via *streaming* no sítio institucional do Município e nas instalações do edifício.

Membros Eleitos da Assembleia Municipal presentes na Sessão: Carlos Aníbal Marques de Magalhães, em substituição de Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; José Agostinho de Sousa Pinto; Sebastião José Cabral Feyo de Azevedo; Miguel Botelho Gomes Barbosa; Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Paulo Manuel Ferreira Silva, em substituição de Fernanda Perpétua Rodrigues; Miguel Almeida Côrte-Real Gomes; Paulo Jorge Lopes Teixeira, em substituição de Mário Filipe Amorim Faria de Oliveira Lopes; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Maria Isabel Helbling Menéres Campos; Rita Sofia dos Santos Freitas, em substituição de Marco Regis Lacomblez Leitão; Sílvia Lopes Soares; Tiago José Pires de Oliveira Martins, em substituição de Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso, em substituição de Luís Artur Ribeiro Pereira; Miguel Jorge Arcos dos Santos, em substituição de Rui Carlos Morais Lage; Fernando Pedro Mouta Monteiro; Maria Teresa Vasconcelos Morais Sarmiento Lopes, em substituição de Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce de Leão; Francisco Crisóstomo Calheiros, em substituição de Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Maria da Graça Sousa Raimundo de Azevedo Laranjeira Vaz; Rui Manuel Lourido Nóvoa; Manuel Cardoso Monteiro; Paulo Nuno de Carneiro Vieira de Castro; Maria José Pinto Mesquita de Vasconcelos e Sousa de Lacerda, em substituição de Pedro Schuller de Almeida e Graça Barbosa; Rui Pedro da Silva Afonso; Ricardo Jorge Ferraz da Silva Brandão Meireles, em



substituição de Cândida Paula Oliveira Freitas da Silva Roseira; José Pedro Providência Santarém Anacoreta Correia, em substituição de Sofia da Costa Pimenta de Sá Azeredo; Ana Paula Pinto Coelho Lopes Lobo Cardoso, em substituição de Patrícia Filipa Moreira Teixeira; João Paulo Marques de Carvalho; José Manuel Pinto Varela; Alfredo dos Santos Fontinha; Nuno Miguel Borges Alves Pereira; José Maria Gagliardini Graça da Silveira Montenegro; Elisabete Susana Vieira de Carvalho; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Helena Isabel da Silva Maia; Rodrigo Teodoro Passos; Nuno Miguel Castelo Branco Matias Caiano, em substituição de Maria de Fátima Leite Ferreira da Silva.

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão: Junta de Freguesia do Bonfim, João Ricardo da Silva Lima Tavares de Aguiar; Junta de Freguesia de Campanhã, Paulo Jorge Pinto Ribeiro; Junta de Freguesia de Paranhos, Luís Alberto Bastos Torres, em substituição de Luís Miguel Seabra de Freitas; Junta de Freguesia de Ramalde, Patrícia Alexandra Rapazote Trindade e Dinis de Carvalho Escobar; União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Tiago Pedro de Sousa Mayan Gonçalves; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, Nuno Filipe Teixeira da Cruz; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Membros da Eleitos da Câmara Municipal presentes na Sessão: Rui de Carvalho de Araújo Moreira; Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo; Ana Catarina da Rocha Araújo; Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente; Albino Pedro Pereira Baganha; Fernando Paulo Ribeiro de Sousa; Catarina Maria da Costa Santos Cunha Pereira de Abreu; Tiago Barbosa Ribeiro; Maria do Rosário Gambôa Lopes de Carvalho; Alberto Amaro Guedes Machado; Maria Ilda da Costa Figueiredo; Maria Teresa Burnay Summavielle, em substituição de Sérgio Augusto Leite Aires.

Membro da Eleito da Câmara Municipal ausente na Sessão: Vladimiro Mota Cardoso
Feliz.

Às 21 horas, foi feita a chamada e verificou-se estarem **presentes 38 Membros da Assembleia Municipal.**

Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, declarou aberta a Sessão.

– PERÍODO PRELIMINAR À ENTRADA DA ORDEM DO DIA –

n.º 5, art.º 38.º do Regimento

- 1. Aprovação da Ata da 46.ª reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 2 de maio de 2023.**

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 2 de maio de 2023. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 46.ª reunião.

Entraram na Sala Paulo Silva, Membro do Grupo Municipal PS, **e João Paulo Carvalho,** Membro do Grupo Municipal RM.

- 2. Aprovação da Ata da 47.ª reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 29 de maio de 2023.**

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 29 de maio de 2023. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 47.^a reunião.

3. Aprovação da Ata da 48.^a reunião, Sessão Ordinária realizada no dia 26 de junho de 2023.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 26 de junho de 2023. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 48.^a reunião.

4. Aprovação da Ata da 49.^a reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 27 de junho de 2023.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 27 de junho de 2023. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 49.^a reunião.

5. Aprovação da Ata da 50.^a reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 10 de julho de 2023.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 10 de julho de 2023. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 50.^a reunião.

Entraram na Sala Miguel Côrte-Real, Sílvia Soares e Nuno Borges, Membros do Grupo Municipal PSD.

6. Aprovação da Ata da 51.^a reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 27 de julho de 2023.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 27 de julho de 2023. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 51.^a reunião.

7. Aprovação da Ata da 52.^a reunião, Sessão Ordinária realizada no dia 18 de setembro de 2023.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 18 de setembro de 2023. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 52.^a reunião.

8. Aprovação da Ata da 53.^a reunião, Sessão Ordinária realizada no dia 2 de outubro de 2023 (continuação de Sessão Ordinária iniciada no dia 18 de setembro de 2023).

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 2 de outubro de 2023 (continuação de Sessão Ordinária iniciada no dia 18 de setembro de 2023). Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 53.^a reunião.

9. Aprovação da Ata da 54.^a reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 2 de outubro de 2023.



Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 2 de outubro de 2023. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 54.^a reunião.

O Presidente da Assembleia Municipal do Porto, Sebastião Feyo de Azevedo, manifestou satisfação com o trabalho de recuperação efetuado na elaboração Atas, dando nota do difícil trabalho desenvolvido pelos Serviços Municipais, concretizado de forma excelente, e exprimiu o compromisso da Mesa em continuar a apresentar as Atas atempadamente.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, associou-se às palavras do Presidente da Assembleia Municipal, congratulando-se, louvando os Serviços Municipais pelo seu trabalho e fazendo notar o facto de, pela primeira vez na história do Órgão, as Atas estarem todas aprovadas.

José Maria Montenegro, Membro do Grupo Municipal RM, referiu que o seu Grupo Municipal reforçava e se associava às intervenções anteriores.

Agostinho Sousa Pinto, Líder do Grupo Municipal PS, disse que se reviam nas intervenções anteriores e agradeceu o esforço dos Serviços.

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, interveio para agradecer o esforço dos Serviços.

Manuel Monteiro, Membro do Grupo Municipal PSD, tomou a palavra para se associar à manifestação dos restantes grupos e salientar o apoio prestado a toda a atividade dos Grupos Municipais.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, corroborou as intervenções anteriores, referindo o apoio prestado, para além do trabalho relacionado com as Atas.

– PERÍODO DA ORDEM DO DIA –

art.º 40.º do Regimento

(Convocatória e Ordem de Trabalhos expedidas em 4 de outubro de 2023)

– Ponto Único –

A segurança na cidade do Porto

Entrou na Sala Patrícia Rapazote, Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, **cedeu a palavra ao Grupo Municipal proponente da Sessão – Rui Moreira: Aqui Há Porto (RM)**.

José Maria Montenegro, Membro do Grupo Municipal RM, fez uma intervenção inicial sobre o Ponto Único da Sessão, sublinhando a importância e pertinência do tema e afastando-se de qualquer abordagem demagógica ou populista ao mesmo. Referiu ser necessária uma análise séria e um discurso sereno, ponderado e consequente e revelou estar convencido que relativamente ao tema da Segurança não deveriam existir divergências e todos estariam de acordo quanto aos meios a que deverão recorrer para garantir a resolução do problema.

Disse que, mais do que um problema de segurança – que reconhecem poder existir –, pretendiam abordar de forma séria nesta Sessão da Assembleia Municipal – o órgão que, por excelência, representa a cidade e os seus cidadãos e onde se expressa o sentimento da cidade – a questão da sensação de insegurança.

✱

✱

Sublinhou que o Porto não é uma cidade insegura, e que não era essa a ideia que pretendiam passar ao convocar a Sessão.

Referiu que convocaram a Sessão sobre este tema sabendo que existe um destinatário, um interlocutor no domínio da Segurança que, há oito anos, detém os poderes e os meios para intervir neste âmbito, acrescentando que não têm existido intervenções estruturais.

Defendeu que o Município do Porto não tem competências no domínio da gestão da PSP – Polícia de Segurança Pública e não tem poder nem intervenção no OE – Orçamento do Estado, mas pode intervir e facultar meios.

Acrescentou que o Município dispõe da PM – Polícia Municipal que possui, atualmente, 191 agentes. Mencionou que, no próprio dia em que se realiza a Sessão, foi anunciado pelo Governo o reforço da PM com 20 agentes que, ainda assim, não cobre as saídas de agentes considerando que a PM já chegou a ter 218 elementos. Disse que o Município cumpre, neste âmbito, o seu papel considerando o nível de investimento na estrutura e no equipamento da PM.

Descreveu, de seguida, o que o Município tem feito, nomeadamente, a instalação de videovigilância que é operada pela PSP, o investimento no CGI – Centro de Gestão Integrada, a aquisição de 10 viaturas para utilização da PSP na cidade e as obras realizadas para a instalação da Esquadra da PSP de Cedofeita.

Mencionou que o problema da segurança e o aumento da sensação de insegurança estão também relacionados com o tráfico e com o consumo de drogas no espaço público, um problema que transitou do Aleixo para a Pasteleira e dali para outras zonas da cidade como Ramalde ou o Cerco do Porto. Referiu ainda que, após a Pandemia, o regresso à Movida revelou um novo tipo de convivência na cidade, com a existência de fenómenos como o *Botellón*, a música na rua, conflitos entre gangues e mais gente nas ruas.

Disse que a sensação de insegurança é motivada pela sensação de impunidade, uma vez que acontece a PSP ser chamada e não aparecer atempadamente, revelando-se a impotência de quem deveria ter o poder de responder, agravada pela sensação de inexistência de Polícia na rua e de falta de meios.

Afirmou que propõem, por um lado, a convocação do problema e, por outro, um grito por mais investimento do MAI – Ministério da Administração Interna em meios, frota e efetivos, contando sempre com o apoio do Município e sabendo que também é necessário rever o sistema de recrutamento da PSP. Acrescentou que a questão do recrutamento se prende com as condições oferecidas não serem atrativas – facto pelo qual as vagas não são totalmente preenchidas – e com a obrigação de os agentes admitidos ficarem 10 anos em Lisboa, o que carece de ser revisto.

Disse faltar uma abordagem transversal aos problemas, exemplificando novamente com a questão do tráfico e do consumo de estupefacientes no espaço público – um problema social, de saúde e de segurança – que tem de ser encarado pelo Governo de forma a ser resolvido de forma estruturada.

Concluiu, sublinhando a necessidade de dotar a PM com mais agentes, tendo em conta que as comissões de serviço dos agentes oriundos da PSP não podem ultrapassar os nove anos, disponibilizando o Governo os meios para que, neste âmbito, o Município possa fazer o que lhe compete com os meios necessários.

Entraram na Sala Miguel Arcos, Membro do Grupo Municipal PS, e Maria Teresa Sarmiento Lopes, Membro do Grupo Municipal RM.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, referiu que tem sido prática, quando o Grupo Municipal proponente pretende ultrapassar o tempo da sua intervenção inicial, utilizar o tempo que lhe está conferido para a discussão, não sendo possível o contrário.



O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feye de Azevedo, agradeceu o comentário e referiu que a questão poderia vir a ser vista em sede da Comissão Consultiva de Apoio à Mesa.

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, começou por referir que, no Porto, se diz à boca pequena que a cidade entrou na era da insegurança. Distanciando-se de alarmismos e populismos. Defendeu o policiamento de proximidade e maior visibilidade através de mais agentes, mais meios e mais esquadras, numa estratégia que devolva a segurança à cidade. Relembrou, neste âmbito, as obrigações do Estado Central e referiu que não há dia em que não se ouça falar do aumento da criminalidade no concelho, fazendo com que aumente a perceção de insegurança dos portuenses. Disse ser sabido que existe uma geografia ligada ao aumento da criminalidade violenta, facto que aumenta a sensação de insegurança em certas zonas da cidade.

Sublinhou que a perceção de insegurança é a principal causa do medo numa cidade. Defendeu a participação de cidadãos no CMS – Conselho Municipal de Segurança, recordando que, anteriormente, essa participação estava garantida pela nomeação de cinco cidadãos de reconhecida idoneidade designados pela Assembleia Municipal. Disse que os cidadãos fazem falta por serem os primeiros a sentir a insegurança e por poderem falar em nome próprio.

Explicou não querer desmerecer o papel das forças de segurança que considera serem um dos pilares da cidade e disse que elas estão cada vez menos visíveis e têm recursos e meios cada vez mais limitados, existindo, por exemplo, agentes que estão ocupados com tarefas burocráticas que poderiam ser asseguradas por funcionários administrativos.

Referiu que resta a solução da videovigilância – a qual o Governo referiu sempre como se tratando de uma solução complementar ao dispositivo existente e não como sua substituta – concluindo que falta alinhamento entre o que o Governo propõe e a realidade.

Retornou ao dia 13 de outubro de 2022, dia em que foram apresentadas as equipas de visibilidade do Comando da PSP do Porto e que o Ministro da Administração Interna apresentou como uma das formas de melhorar a segurança na Área Metropolitana, aumentando a eficiência e melhorando os tempos de resposta, nomeadamente através de mais cinquenta efetivos. Reiterou que apoiam esta abordagem, mas continuam à espera, porque tudo aquilo está longe da realidade oferecida pelo Estado Central ao Porto. Defendeu um reforço de efetivos dedicados ao acompanhamento do turismo, dado o incremento desta atividade na cidade.

Prosseguiu, referindo que a PM tem um total de efetivos inferior em 30% ao previsto – o que tem lógica, considerando que a PM vai buscar efetivos à PSP e não é possível colher quando não se semeia. Disse que se assiste a um reflexo do desinvestimento nas políticas de policiamento de proximidade, por parte do Estado Central e recordou o carácter essencial de a segurança ser garantida num Estado de Direito Democrático.

Disse que o medo na cidade pode ser visível em outros aspetos como a degradação do espaço público e que a erosão das normas de convivência, a má iluminação, o lixo nas ruas, a má conservação do edificado público e privado podem fomentar um maior sentimento de insegurança.

Defendeu que o crime, a delinquência e a desordem não estão desligados dos problemas económicos e sociais da comunidade e disse acreditar que haja margem para reverter o atual panorama.

Concluiu, apelando à concertação de todas as instituições e pedindo especial atenção ao Governo do país por se encontrar em falta face ao prometido à cidade do Porto, em termos de segurança.

Sílvia Soares, Membro do Grupo Municipal PSD, interveio assumindo que o PSD se apresenta com responsabilidade e compromisso para abordar um tema tão relevante para a cidade. Disse que a segurança pública é um direito fundamental dos cidadãos e que a Assembleia deve garantir que os habitantes do Porto possam viver na sua cidade



com dignidade e tranquilidade. Defendeu que o aumento da criminalidade, o tráfico de drogas, os atos de vandalismo e o sentimento de insegurança têm afetado a qualidade de vida dos portuenses.

Afirmou que a problemática do tráfico e consumo de droga é transversal a toda a cidade, assumindo proporções de flagelo de saúde pública e de segurança e contribuindo para um grande sentimento de insegurança na população. Disse que o sentimento de insegurança e o medo são transversais e abrangem quem habita, trabalha, visita ou estuda no Porto, com furtos e roubos constantes em toda a cidade e em viaturas estacionadas na via pública ou em garagens, em residências e instituições – de que as Juntas de Freguesia de Massarelos e Ramalde são exemplos.

Defendeu ser urgente adotar as medidas pedidas pelas pessoas, com vista à retoma da ordem pública e da normalidade.

Relembrou os investimentos do Município na área da segurança já mencionados nas intervenções anteriores, acrescentando a construção da nova esquadra no antigo Mata-douro, todos eles exemplificativos da falta de investimento do Estado Central nos últimos anos.

Defendeu que o Governo assenta a sua estratégia em momentos comunicacionais, considerando que o Ministro da tutela responde às diferentes abordagens ao assunto por parte dos órgãos de comunicação com medidas avulsas e sem impacto. Exemplificou, sublinhando a coincidência do anúncio do reforço da PM com 20 agentes com a realização da presente Sessão da Assembleia Municipal, questionando que estratégia era esta e o que resolviam 20 polícias.

Acrescentou que, nos últimos anos, se reformaram mais de 170 agentes no Porto e que o policiamento permanente iniciado no começo do ano, nos bairros da Pasteleira e de Pinheiro Torres, já foi interrompido pela PSP. Disse que o policiamento permanente passou a ser de 12 horas diárias, com os moradores a queixarem-se de falta de policiamento, uma vez que houve deslocalização de meios para as zonas da Sé e do Cerco do Porto.

Levantou a questão das esquadras encerradas na cidade e da solução das esquadras móveis que, de acordo com o PSD, foi totalmente inconsequente uma vez que não existe informação sobre a sua localização e os cidadãos não sabem onde se devem dirigir, somando-se a isto o facto de suspeitarem que a esquadra móvel se encontre, presentemente, avariada.

Questionou se os dados apresentados pelo MAI nos relatórios sobre a criminalidade refletiam a realidade e se o aumento de 14% da criminalidade geral correspondiam à verdade. Disse que os dados podem ser parciais uma vez que muitos crimes ficam por reportar também por causa de falta de esquadras de proximidade e de agentes na rua.

Acrescentou que o relatório de 2022, ao comparar o período pré e pós Pandemia, aponta para uma diminuição dos crimes graves e violentos, estando convencida de que alguns tipos de criminalidade podem estar a crescer e a consolidar-se. Reclamou a atuação da tutela para que o problema da segurança não aumente e que possam ser contidos os problemas da violência na Movida portuense.

Afirmou que a questão da segurança não pode ser descentralizada e que a tutela não escutado o que a cidade tem dito sobre essa questão, nomeadamente através do Município, Freguesias e Associações da cidade.

Referiu que, no Parlamento, o PSD propôs e viu aprovada, por unanimidade, a audição do Ministro da Administração Interna sobre a segurança e o problema do tráfico e consumo de droga no Porto, mas quem compareceu foi a Secretária de Estado da Administração Interna, com o argumento apresentado pelo Ministro de que a Secretária de Estado seria do Porto. Disse que o argumento apresentado pelo Ministro talvez quisesse dizer que a Secretária de Estado era do Distrito e não da cidade, considerando que habita em Gaia e acrescentou que o mesmo argumento serviria para que o Ministro comparecesse, considerando ser oriundo de Baião. Afirmou que a ausência do Ministro na audição parlamentar configurou uma falta de respeito pelo Porto e uma desresponsabilização para com a situação que se vive na cidade, o que consideram inqualificável.

14

Concluiu, afirmando que o Governo atribuiu, ultimamente, como causa de diferentes problemas, a idade e a reforma dos profissionais, questionando, a esse propósito, onde tem andado o Governo nos últimos oito anos.

Rui Afonso, Líder do Grupo Municipal CH, iniciou a intervenção mencionando que é sabido que o Porto dispõe, para a salvaguarda da segurança pública, da PSP e da PM – que opera no âmbito do cumprimento dos regulamentos municipais e em cooperação com os demais órgãos de polícia. Salientou o trabalho que a PM, mesmo com um número reduzido de efetivos que resulta sempre da disponibilidade de agentes da PSP e de concurso prévio. Disse querer chamar a atenção para a diminuta dimensão do efetivo que integra a PSP e, mais concretamente, o seu Comando Metropolitano do Porto.

Referiu que brevemente ocorrerá um reforço com 105 agentes da PSP que virão de Lisboa para o Porto, com a maioria a irem para a esquadra do Aeroporto ou para as instalações do SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em Cedofeita, sendo expectável que haja esquadras na cidade que não vão receber mais do que dois ou três agentes como reforço. Afirmou que o setor operacional da PSP Porto ficará sempre afetado porque muitos daqueles agentes se destinam a cumprir tarefas administrativas. Exemplificou a falta de operacionais na PSP do Porto levando ao encerramento de esquadras. Acrescentou que, no mês anterior, nas três esquadras do centro da cidade só havia disponível um único carro-patrolha operacional para se deslocar às ocorrências. Defendeu que se trata de um grave problema de segurança territorial e de ordem pública.

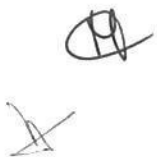
Referiu que o cerne da questão da falta de efetivos tem a ver com a baixa remuneração oferecida aos jovens polícias, acrescido do período de 10 anos em que os agentes têm de prestar serviço na zona de Lisboa. Defendeu que o Município adote uma postura de insistência e resiliência, nesta matéria, perante o Governo.

Disse que um dos crimes mais praticados na cidade é o furto em viaturas e que esse crime tem vindo a diminuir nas zonas com videovigilância, sublinhando que a videovigilância será alargada a outras zonas da cidade e que melhora a capacidade de dissuasão

e de resposta, num contexto de recursos escassos, constituindo-se como um precioso auxílio no escrutínio de muitas situações de agressões a cidadãos e das más interpretações das atuações da polícia na cidade. Considerou importante ressaltar que os sistemas de videovigilância têm um propósito bem definido, com o seu uso a ser focado unicamente na ajuda à salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias de quem vive na cidade e a visita.

Concluiu a intervenção, defendendo que qualquer solução que seja pensada deverá permitir o aumento da visibilidade do patrulhamento das ruas, o que só será possível com o reforço imediato dos meios humanos.

Nuno Cruz, Presidente da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, disse estar a intervir no sentido de transmitir o sentimento dos cidadãos da União de Freguesias a que preside. Começou por apresentar reproduções de um conjunto de notícias do período entre 2019 e 2023 relacionadas com a redução do número de efetivos e esquadras na cidade do Porto que, no seu entender, explicam – juntamente com o facto de os polícias serem obrigados, no início de carreira, a permanecer em Lisboa durante 10 anos com um ordenado de 900,00 euros – como se chegou à situação atual. Disse que os agentes estão descontentes e que trabalham folgas após folgas, como forma de colmatar a falta de efetivos. Sublinhou o facto de a 9.ª Esquadra, no centro do Porto, ter chegado a fechar portas por não ter elementos que assegurassem o atendimento e que, em apenas 5 anos, a esquadra tem menos 40 agentes. Afirmou que a população da sua União de Freguesias não acredita na Polícia, porque tem visto o tráfico e consumo de droga a tomar conta de algumas das suas ruas – referindo que já não é só na Sé que se vende droga, mas também na Praça dos Poveiros, Jardim da Cordoaria e zona da Movida –, porque é possível fazer festas em espaço público, promovendo a concentração de pessoas e porque quando a polícia é chamada pela população só chega depois de tudo ter acontecido e os prevaricadores terem fugido, criando um sentimento de impunidade. Deu um exemplo em que o próprio chamou a polícia,



através do 112, por causa de um desacato ocorrido na Junta de Freguesia, a 7 de setembro, e em que os agentes só chegaram passados 30 minutos.

Terminou, dizendo que não há agentes suficientes para as necessidades da cidade, que recebe apelos da população em desespero e que quem criou esta situação aparecerá, em breve, como salvador da cidade.

Patrícia Rapazote, Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde, começou por afirmar que era a terceira vez que intervinha na Assembleia sobre o tema da segurança. Explicou que o aumento da perceção de insegurança está relacionado com o aumento do consumo de droga na via pública e o subsequente aumento de mendicidade nas ruas e de episódios de roubo na Freguesia de Ramalde. Acrescentou que, de acordo com os dados divulgados pelo Comando Metropolitano da PSP, houve um aumento de 30% da criminalidade em Ramalde, o que gera uma perceção de insegurança.

Explicou, depois, que solicitou à Câmara Municipal que Ramalde fosse integrada na videovigilância da cidade, o que foi aceite.

Disse receber diariamente pessoas indignadas com o que têm visto acontecer, nomeadamente a ausência de um carro de patrulha ou o tempo de espera entre a chamada e a demora na chegada da PSP.

Defendeu que o assunto não era de agora e disse que, em 2021, no mês seguinte à sua tomada de posse, já estava a alertar para a necessidade do aumento de efetivos da esquadra do Viso.

Sublinhou que estava ali para, pela terceira vez, pedir o reforço de agentes para a esquadra do Viso de forma que o sentimento de segurança seja devolvido a determinadas zonas de Ramalde. Disse tratar-se de um assunto do foro do MAI, mas que a Câmara Municipal muito tem feito, bem como a esquadra do Viso com os poucos elementos policiais que tem à disposição.

Concluiu, dizendo que no dia seguinte os novos agentes do Comando da PSP do Porto seriam distribuídos pelas esquadras e que esperava que a esquadra do Viso fosse contemplada com um grande e efetivo reforço de agentes.

Agostinho Sousa Pinto, Líder do Grupo Municipal PS, iniciou a sua intervenção afirmando o empenho de todos na manutenção da segurança para quem vive na cidade ou a visita. Referiu que a Estratégia Integrada para a Segurança Urbana, aprovada em agosto de 2023, define a Segurança como um pilar de um Estado de Direito Democrático, enquanto garante dos direitos dos cidadãos, na medida em que ninguém pode ser livre se não se sentir seguro. Disse que, nesta linha, o PS esteve sempre comprometido com as políticas que garantam a segurança das populações e sublinhou a determinação do MAI nessa garantia. Referiu também o papel do Executivo Municipal, no Porto, para a garantia da Segurança, bem como dos agentes policiais e da sua resiliência. Agradeceu a forma dedicada como PSP, PM e outros policiais exercem as suas funções.

Disse que o Porto, bem como outras cidades do Mundo, têm sofrido grandes alterações sociológicas sem que ainda seja conhecido o seu impacto, mencionando as alterações comportamentais após a Pandemia, nomeadamente nos jovens, que motivam alterações nos estilos de vida.

Defendeu que os interesses de quem vive, trabalha ou visita a cidade são, muitas vezes, contraditórios, como é visível quando se confrontam os interesses de quem tem negócios, quem quer frequentar a Movida e quem quer descansar.

Explicou que o excesso de consumo de álcool na Movida pode potenciar a existência de desacatos, acrescentando que não se poderia deixar de mencionar a realidade do aumento do tráfico e consumo de estupefacientes – que potencia fenómenos como roubos, agressões ou ajustes de contas. Referiu que há quem, na Europa, defenda que o nível de ameaça provocado pelo tráfico e consumo de droga é idêntico ao provocado pelo terrorismo.

✱ 19

Afirmou que a compreensão do contexto que referiu era essencial para enfrentar o problema sem partidarites.

Disse pretender afirmar que, apesar de todo o contexto, para o PS, o Porto é uma cidade segura e que se recomenda para viver ou visitar e prosseguiu dizendo que, de acordo com o Índice Global de Paz, Portugal é o sétimo país mais seguro do Mundo para se viver e reforçou que o Porto é uma das cidades mais seguras.

Disse que a perceção de segurança pode ser afetada pela difusão, até à exaustão, nas redes sociais e meios de comunicação, de episódios de insegurança, transformando a realidade numa realidade alternativa. E que a perceção de insegurança pode ser melhorada através da difusão de informação rigorosa e de acontecimentos positivos.

Disse que a abordagem ao assunto não podia ser baseada em perceções ou no que se acha, mas devia ser distanciada de casos concretos e ser feita de forma fria, baseada em modelos estatísticos rigorosos que fazem a avaliação da apreciação dos cidadãos face aos serviços prestados pelas forças policiais e referindo que é isso que é feito pelo Centro de Estudos Policiais, de dois em dois anos, para todos os Comandos da PSP.

Apresentou dados do estudo realizado relativamente ao Comando Metropolitano do Porto da PSP, medindo, nomeadamente, o nível de satisfação das pessoas com o serviço prestado que está no valor mais elevado dos últimos anos, com 91,55% dos inquiridos satisfeitos com a imagem geral do Comando Metropolitano.

Disse que o PS compreende e se associa à dor de quem é furtado, roubado ou alvo de violência, que compreende a apreensão de quem vive em zona problemáticas como, a título de exemplo, o Bairro da Pasteleira.

Acrescentou que os políticos devem estar atentos à realidade por forma a dotar os agentes policiais e judiciais dos meios de que tenham necessidade e referiu que a questão da droga é uma moeda de duas faces em que, de um lado, há o tráfico que deve ser combatido com medidas repressivas e, do outro, há o consumo que exige medidas sociais de tratamento e reinserção. Deu o exemplo das salas de consumo assistido como uma medida no âmbito do consumo que possui vários aspetos positivos.

Retomou a questão dos dados sobre a criminalidade no Comando Metropolitano do Porto da PSP, para afirmar que a criminalidade não tem aumentado na cidade do Porto e exibiu um gráfico que tinha sido publicado na semana anterior pelo Jornal de Notícias em que apenas era visível um acréscimo nos crimes contra a sociedade. Disse ainda que, de acordo com os da Pordata, é factual que a criminalidade na cidade tem vindo a diminuir, com uma diminuição para metade dos crimes registados em 2021, face a 1993 e a uma redução de 35% das ocorrências na última década. Indicou, de seguida, dados relativos a furtos a veículos motorizados, residências e estabelecimentos comerciais, sublinhando o caminho de redução contínua desses tipos de ocorrência e relacionando essa redução com diversas políticas nacionais, regionais e locais, no âmbito da ação e prevenção.

Defendeu, depois, que não tinha sido a convocação desta Sessão da Assembleia que tinha motivado o reforço de agentes no Comando Metropolitano do Porto da PSP e disse que, em 2022, o Comando foi reforçado com 185 agentes, 50 deles afetos ao policiamento de visibilidade. Disse ser sabido que estava aberto um concurso para aquisição e reparação de viaturas da PSP e que, no Município do Porto, o corpo da PM cresceu 40% entre 2015 e 2023.

Mencionou a realização, em junho de 2023, da reunião entre o Presidente da Câmara, a Secretária de Estado da Administração Interna e o Comando Metropolitano da PSP, com vista à reativação do Contrato Local de Segurança e, em outubro de 2023, a reunião realizada em Lordelo do Ouro sobre o modelo de intervenção nos bairros da Pasteleira e Pinheiro Torres com a presença das entidades do Conselho Local de Ação Social e serviços da área da Saúde e Segurança Social, MAI e PSP do Porto. Sublinhou que só a colaboração entre autoridades nacionais e regionais poderá permitir um combate efetivo ao tráfico de droga e contrariou a ideia de que não existem ações de proximidade e visibilidade na cidade, dando dados sobre o número de diferentes tipos de operações policiais realizadas naqueles dois bairros entre janeiro e junho de 2023.

X



Concluiu, reforçando a ideia de que consideram o Porto uma cidade segura, facto comprovado, por exemplo, pela atribuição do título de Melhor Destino de Cidade da Europa, em 2022.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, agradeceu a convocação da Sessão sobre o tema da Segurança que tem estado na ordem do dia, ressaltando que as pessoas estão preocupadas e há sintomas de aumento da perceção de insegurança. Disse que não se trata de uma questão numérica, facto pelo qual lhe parece não interessar estar a descrever os números das operações policiais realizadas.

Prosseguiu, dizendo que quando existe perceção de insegurança, a liberdade é colocada em causa, facto que deve gerar preocupação. Concordou com a ideia de que o Porto já foi mais inseguro, nomeadamente quando as ruas estavam desertas, facto que foi alterado quando as ruas começaram a ser mais frequentadas. Disse que não há nada que transmita mais segurança às pessoas do que a existência de outras pessoas na rua, movimento, comércio abertos, atividades e trânsito.

Afirmou que a cidade não deve ficar à sombra do facto de haver mais pessoas na rua e que o Município tem trabalhado com o MAI para colocar em prática o que está ao alcance da cidade fazer para atenuar a questão da insegurança e que não depende só do tráfico e consumo de droga, mas também da violência doméstica, da violência na noite ou outros.

Explicou que o Município do Porto trabalhou, em conjunto com o de Lisboa, no reforço das competências da PM, nomeadamente na área do trânsito, facto que libertou capacidade instalada da PSP para que pudesse realizar o seu trabalho essencial de segurança e proteção dos cidadãos. Complementou, dizendo que essa é uma competência constitucionalmente entregue ao Estado Central, como deve ser porque cada Presidente de Câmara não pode ser um xerife no seu Município. Em linha com as intervenções anteriores, referiu que a PM tem, atualmente, condições, meios e competências muito diferentes das que existiam anteriormente.

Referiu que a PSP perdeu efetivos nos últimos anos e não foram transferidos os agentes para PM que seriam expectáveis para assegurar as novas funções e acrescentou que, para além disso, o insuficiente número de agentes da PSP não garante a visibilidade da polícia. Relacionou o baixo número de agentes da PSP com o facto de não se terem criado condições para formação de novos agentes na Escola de Polícia e com o facto de a profissão não ser atrativa ao nível da remuneração e da forma como os agentes são tratados.

Defendeu que a profissão de polícia é uma das que a sociedade deve valorizar e respeitar, sob pena de não haver polícia ou só os piores quererem ser polícias.

Explicou, depois, as razões pelas quais a manta da PSP é curta, exemplificando com o que se passou na Pasteleira. Disse que, aquando da instalação da sala de consumo assistido, o Comando da PSP decidiu aplicar um modelo de presença constante, pensando na questão do tráfico, que permitiu que os moradores se sentissem mais seguros e o ambiente melhorasse. Acrescentou que começou a haver problemas no Cerco e em Ramalde e os efetivos foram sendo deslocalizados da Pasteleira o que desmontou o modelo inicialmente aplicado com sucesso, estando os moradores agora descontentes porque o modelo foi alterado e voltam a surgir questões de insegurança.

Explicou que, do seu ponto de vista, o modelo das salas de consumo poderia ser replicado noutras zonas, com a PSP a ter um reforço de meios suficiente para não ter de deslocalizar agentes de um local para o outro, mas acrescentou que, neste momento, a sala de consumo já não é bem vista pelos moradores e o tráfico faz-se à porta da sala ou na paragem do autocarro. Concluiu que a solução passaria pela articulação com o MAI para que se criassem as condições para o reforço dos meios policiais, como já tem vindo a ser feito e foi anteriormente referido com os exemplos da aquisição de viaturas, instalação da videovigilância ou obras para instalação de esquadras.

Reconheceu a existência de problemas sociais e de saúde associados ao consumo de drogas, mas disse que também há uma dimensão securitária que exige um combate ao tráfico – que tem falhado a nível europeu. Defendeu que, em Portugal, se tem criado

PL

16

legislação que aumenta o tráfico, como a recente alteração legislativa que permite que pessoas que têm na sua posse uma grande quantidade de droga não tenham de explicar a sua proveniência.

Explicou que um consumidor das apelidadas drogas duras necessita de 200 a 300 euros por dia para satisfazer as suas necessidades de consumo, ou seja, em média 7500 euros por mês que, salvo exceções, não conseguirá obter de forma lícita. Prosseguiu dizendo que, fazendo as contas e tendo por base apenas o número de consumidores de drogas duras registados na sala de consumo assistido do Porto, estimando em baixa, o tráfico é um negócio de 100 milhões de euros que não pagam impostos. Disse que o fenómeno do tráfico não se resolve com mais elementos no CMS.

Reiterou que o Município tem feito e disponibilizado meios muito para além do que lhe é exigido, relembrando os investimentos anteriormente mencionados e sublinhando que continuarão a disponibilizar tudo o que for solicitado pelas autoridades.

Afirmou que o Município exige do Governo que trabalhe na questão do desencanto das pessoas em relação ao trabalho como agente da polícia e a solidariedade dos municípios vizinhos nos esforços que o Porto tem desenvolvido nas áreas social e da saúde.

Disse que o preocupava muito ouvir – como ouviu no Parlamento – dizer-se que o Porto é o Kosovo, está cheio de carteiristas e ninguém lá quer ir e, em resposta, ter sido dito – como se resolvesse a questão – que a definição dos horários da Movida cabe ao Município do Porto.

Referiu ter ficado satisfeito com as notícias de que o corpo da PM vai ser reforçado e esperançado com o facto de não ter sido a convocação desta Sessão da Assembleia a motivar o reforço, uma vez que o Ministro da Administração Interna já lhe havia comunicado que haveria esse reforço. Acrescentou ainda estar esperançado que viessem mais agentes da PSP – o que é difícil porque são escassos.

Disse ser necessário alertar para as situações, de forma racional e fugindo à tendência securitária, sem passar a ideia para as pessoas de que a cidade é o faroeste, porque não o é.

Quis deixar a nota de que, sempre que tem existido a necessidade de o MAI proceder ao encerramento de estabelecimentos na cidade, o Ministro tem dialogado com a Câmara, com o detalhe e antecedência possíveis, o que denota a importância da existência de um diálogo profícuo entre o Município e o MAI.

Afirmou que se está perante um problema que existe – embora não tenha a dimensão que muitas vezes parece querer-se fazer ter – e que é necessário mais policiamento, retomando o exemplo do bairro da Pasteleira em que a resposta social e de saúde, acompanhada por policiamento, permitiu que os habitantes ali vivessem em tranquilidade. Defendeu a replicação na cidade do modelo que funcionou no início do ano na Pasteleira e disse que a única coisa que transforma uma zona num território maldito é a ausência de Estado.

Terminou, contrariando as visões políticas de partidos que defendem que presença do Estado na via pública incomoda os cidadãos, quando essa presença pode ser a garantia da Democracia.

Rodrigo Passos, Membro do Grupo Municipal PSD, felicitou a iniciativa do debate desta Sessão que, no seu entender, tornará audível a voz dos cidadãos do Porto junto do Estado Central em relação ao que acontece na cidade.

Referindo-se à intervenção de José Maria Montenegro, disse que nem todos concordam com ela e que nem todos acham que o problema exista ou seja real.

Retomou a questão da audição parlamentar requerida pelo PSD para dizer que, nessa ocasião, o deputado do PS Paulo Araújo Correia afirmou que, em relação à segurança e aos problemas no Mundo, o PSD se baseava nos “achismos” e deixava uma imagem má da cidade.

Disse julgar que não há planeamento, boa gestão e coragem efetiva para mudar a nível nacional e a nível local com políticas nacionais, acrescentando a opinião de que o PS tem a arte de conseguir prometer e a incapacidade de conseguir fazer. Considerou que a questão da segurança está a ser levantada atempadamente e que pode ser resolvida

com antecedência, de imediato. Disse que a PSP na cidade do Porto perdeu 170 agentes numa década e argumentou que, ao longo do tempo, o Governo foi fazendo anúncios de decisões como a criação de uma unidade móvel, anunciada em 25 de julho de 2022, que deveria circular pela cidade para fazer face à falta de agentes que a patrulham. Acrescentou que se, a 16 de outubro de 2023, se perguntasse onde é que anda a unidade móvel, a resposta seria que está parada há meses na esquadra do Bom Pastor e mostrou uma foto da viatura referida parqueada naquele local.

Afirmou ser necessário apontar caminhos de futuro como, por exemplo, a valorização das carreiras dos funcionários públicos e, em concreto, dos agentes de segurança e da PSP, revendo as condições profissionais para aumentar a atratividade da carreira e promover o rejuvenescimento da classe, alterar as condições de trabalho que são, neste momento, inexistentes na PSP, olhar para a questão da carga de trabalho burocrático para o diminuir e aumentar o número de missões policiais e reformar o modelo de formação que é caduco e ficou preso no século passado.

Terminou, dirigindo-se ao Grupo Municipal RM para dizer que teria gosto em que fossem convocadas mais Sessões como esta porque, com 20 agentes novos a chegar à cidade de cada vez, talvez daqui a 10 Sessões a questão ficasse resolvida.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, congratulou a discussão do tema que considerou ser essencial na vivência das cidades.

Referiu ser um debate necessário na cidade do Porto e disse que, no entendimento do Bloco de Esquerda, era uma questão de Direitos Humanos.

Disse que convergia com o grupo proponente da Sessão em algumas das preocupações manifestadas. Partilhou a sua concordância com as medidas apresentadas e com o referido de que Porto não era uma cidade insegura, contudo, considerou que havia uma perceção de insegurança.

Sublinhou a importância dos estudos e dados advindos do trabalho das polícias e que demonstravam uma diminuição dos crimes, sendo o Porto uma das seis cidades mais seguras no mundo.

Disse que o Município do Porto integrava o Fórum Europeu de Segurança Urbana e que a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda estaria relacionada com os compromissos do manifesto e deu exemplos a este respeito.

Defendeu a garantia de políticas de segurança que garantissem as liberdades individuais. Sugeriu a possibilidade de integração de cidadãos no Conselho Municipal de Segurança, a implementação de uma resposta de intervenção comunitária, um diagnóstico da iluminação da cidade e o reforço da polícia de proximidade.

Em relação às propostas dos restantes grupos municipais, referiu que iria votar favoravelmente as apresentadas pelo PSD e CDU, à exceção da proposta relativa ao CMS e solicitou a votação por pontos da Moção apresentada pelo grupo municipal RM.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, concordou com o facto de que as pessoas necessitam de proteção, mas, enquanto a presença policial não fosse suficiente, a videovigilância seria uma ajuda.

Manuel Monteiro, Membro do Grupo Municipal PSD, felicitou o grupo municipal proponente da Sessão pelo agendamento do tema.

Disse que o Governo teria aberto 500 vagas para a admissão de agentes da PSP, não se sabendo quando estariam no efetivo.

Lembrou que a unidade móvel da PSP, avariada poucas horas após a sua abertura e considerada uma grande aposta, estaria estacionada no Vale Formoso há mais de um ano.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, disse que se reviu na intervenção inicial de José Maria Montenegro, dando nota de que se teria focado no essencial e onde seria necessária uma resolução.

19

24



Referiu que concordava com o facto de o Porto ser uma cidade segura, mas que haveria sérios problemas no que diz respeito ao sentimento de insegurança dos cidadãos e enumerou os problemas associados.

Referiu que teriam responsabilidade política de tratar o assunto com a importância que merecia.

Detalhou os focos da proposta apresentada pelo seu grupo municipal, como a falta de elementos policiais e as más condições dos meios das forças de segurança. Acrescentou que o Município poderia ter em atenção algumas questões como a falta de iluminação, sujidade nas ruas ou os estabelecimentos devolutos.

Sublinhou a importância da possível participação e contributo dos cidadãos e das forças políticas no CMS.

Concluiu destacando a importância da realização da reunião da Assembleia Municipal, da articulação política entre instituições para combater os fenómenos em causa. Manifestou a sua satisfação pela forma como decorreu o debate.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, disse que haveria um elevado grau de exigência que levava à tomada de posições do Município em relação ao Governo e vice-versa.

Agradeceu ao seu grupo municipal a proposta Moção apresentada por evitar alarmismos.

Considerou necessário transmitir à população o facto de estarem atentos à situação, bem como o diagnóstico das situações de quem convive com a insegurança, fenómeno que não caracteriza toda a cidade. Salientou a discussão construtiva realizada, evitando-se a polarização da situação.

Deu nota do investimento na criação de condições para a PM, considerando que a PSP também merecia essa dignificação.

Respondeu, em relação à iluminação pública, que era um estudo que carecia de ser feito. Quanto ao CMS, disse que as forças políticas poderiam assistir às reuniões. Em relação à inclusão de cidadãos no Conselho, disse julgar que essa situação não estaria de acordo com a Lei.

Nuno Caiano, Membro do Grupo Municipal RM, expressou a sua satisfação em relação à união na resolução de um problema da cidade.

Disse, em relação ao Partido Socialista, que era necessária ação, podendo, por exemplo, ser o interlocutor, no que diz respeito ao previsto em OE, para a alocação de verbas e efetivas condições para a cidade do Porto.

Em relação às propostas, disse que iriam votar contra a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, dada a inversão de prioridades e hierarquia dos problemas.

Quanto à proposta n.º 6 da CDU, solicitou a alteração na redação “manifestar a sua indignação” para “manifestar a sua preocupação”. Afirmou que, caso essa alteração fosse aceite, acompanhariam a proposta. Relativamente à proposta n.º 5 da CDU, informou que votariam contra pelas razões explicadas pelo Presidente da Câmara Municipal. Em relação à proposta n.º 4 da CDU, disse que não estariam de acordo com alguns dos pontos identificados, pelo que iriam votar contra.

Solicitou que, na proposta do PSD, fosse alterada a redação “revisão das tabelas remuneratórias” para “revisão condições profissionais” e que se substituísse “reforma no modelo de formação para que este possa ser descentralizado” por “para que este possa ser descentralizado”. Disse que, caso estas alterações fossem aceites, votariam a favor.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, esclareceu que a proposta do Bloco de Esquerda estaria alinhada com o que estaria previsto no manifesto do Fórum Europeu da Segurança Urbana, do qual o Município faz parte.

Nuno Caiano, Membro do Grupo Municipal RM, respondeu que não se reviam nos considerandos da proposta e na forma como estariam dispostos.

Manuel Monteiro, Membro do Grupo Municipal PSD, em relação à proposta de alteração na redação da Moção feita pelo Grupo Municipal RM, respondeu que era aceite.

Ricardo Meireles, Membro do Grupo Municipal PS, em relação às propostas, informou que iriam abster-se na Moção apresentada pelo grupo municipal RM.

Disse que a Moção do PSD padecia de um desfasamento em relação à realidade, pelo que iriam votar contra. Em relação à Recomendação n.º 3, n.º 4 e n.º 5, votariam a favor. Em relação à Recomendação n.º 6, questionou se seria possível votar o ponto n.º 1 e os pontos n.ºs 2 e 3 separadamente.

Rui Afonso, Líder do Grupo Municipal CH, referiu que era esperado para o próximo OE um aumento da dotação para a PSP a rondar os 900 milhões de euros, com a perspetiva de resolver os problemas neste setor.

Comparou com a dotação para a promoção de igualdade de género, onde está previsto um valor de 426 milhões de euros.

Em conclusão, deixou a questão se o Governo teria as prioridades alinhadas com a realidade do país.

Miguel Barbosa, Membro do Grupo Municipal RM, notou o trabalho que tem sido feito para tornar o Porto uma cidade segura. Sublinhou e agradeceu aos Presidentes de Junta o seu papel de proximidade com o cidadão e na forma como têm lidado com o problema. Notou a falta de participação do Partido Socialista no debate.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, solicitou um esclarecimento em relação à alteração na redação da proposta do PSD.

Sebastião Feyo de Azevedo, Presidente da Assembleia Municipal, informou sobre a aceitação das alterações nas propostas do PSD e da CDU (n.º 6), bem como a votação dos pontos em separado. Informou que o grupo municipal RM não aceitou a votação por pontos da sua proposta.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, disse que as propostas relativas à Recomendação n.º 6 foram aceites para gerar um maior consenso na manifestação da preocupação sobre a problemática.

Quanto à proposta do PSD, referiu que, com a alteração, a proposta ficaria pior e manifestou as suas dúvidas quanto ao seu objetivo primordial.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, **colocou à votação as propostas apresentadas pelos Grupos Municipais sobre o Ponto Único da Sessão.**

1. Moção “Por um investimento efetivo na segurança pública da cidade” apresentada pelo Grupo Municipal Rui Moreira: Aqui Há Porto.

NUD/651765/2023/CMP

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 37 votos a favor (20 RM+ 9 PSD + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN +1 CH) e 9 abstenções (PS).

O Grupo Municipal CDU informou que iria entregar uma declaração de voto, por escrito. (Anexo I)

2. Moção “Segurança, um Dever do Estado” apresentada pelo Grupo Municipal Partido Social Democrata.

NUD/652379/2023/CMP

CP

X

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 34 votos a favor (20 RM + 9 PSD + 3 CDU + 1 PAN + 1 CH), 9 votos contra (PS) e 3 abstenções (BE).

Os Grupos Municipais PS (Anexo II) e CDU (Anexo III) informaram que iriam entregar uma declaração de voto, por escrito.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, fez uma declaração de voto oral. Informou que o Bloco de Esquerda se absteve, ao contrário do que tinha anunciado inicialmente, devido à alteração da proposta e que a defesa da carreira e condições da Polícia de Segurança Pública teria de ser acautelada através das tabelas remuneratórias.

3. Recomendação “Por políticas de segurança no Porto que garantam dignidade, equidade e direitos humanos” apresentada pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.

NUD/652775/2023/CMP

Deliberação: Reprovada, por maioria, com 30 votos contra (20 RM + 9 PSD + 1 CH) e 16 votos a favor (9 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN).

4. Recomendação “Pela identificação e eliminação dos focos que contribuem para o sentimento de insegurança das populações” apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.

NUD/652829/2023/CMP

Deliberação: Reprovada, por maioria, com 20 votos contra (RM), 16 votos a favor (9 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 10 abstenções (9 PSD + 1 CH).

5. Recomendação “Pela dinamização do funcionamento do Conselho Municipal de Segurança” apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.

NUD/652848/2023/CMP

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 13 votos a favor (9 PS + 3 CDU + 1 PAN) e 33 abstenções (20 RM + 9 PSD + 3 BE + 1 CH).

6. Recomendação “Pelo reforço dos meios humanos e materiais das forças de segurança pública da cidade” apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.

NUD/652860/2023/CMP

Deliberação do ponto n.º 1: Aprovado, por maioria, com 37 votos a favor (20 RM + 9 PSD + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN + 1 CH) e 9 votos contra (PS).

Deliberação dos pontos n.ºs 2 e 3: Aprovados, por maioria, com 37 votos a favor (20 RM + 9 PSD + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN + 1 CH) e 9 abstenções (PS).

O Grupo Municipal PS informou que iria entregar uma declaração de voto, por escrito. (Anexo IV)

– PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS –

art.º 41.º do Regimento

A cidadã Vanessa Raquel Ferreira Coelho fez uma intervenção relativa a segurança pública e criminalidade, defendendo que o Governo – ocupado a destruir e diabolizar o setor do alojamento local – tem descurado os serviços essenciais do Estado, a segurança



pública, a segurança dos habitantes da cidade e de quem a visita. Enunciou alguns dos problemas identificados como a sujidade das ruas, a falta de iluminação, as muitas pessoas em situação de sem abrigo, o tráfico e consumo de drogas nos espaços públicos, os assaltos e furtos nas ruas e a violência noturna. Disse acreditar que os Municípios, enquanto órgãos de proximidade, são parte da solução para aqueles problemas, reclamando, dos Ministérios da Saúde e da Administração Interna, condições para responder aos problemas com policiamento de proximidade, videovigilância, limpeza e iluminação do espaço público, acompanhamento multidisciplinar das pessoas em situação de sem abrigo em articulação com a Segurança Social e criação de mais espaços de consumo assistido. Concluiu, chamando a atenção para a necessidade de políticas de segurança pública que protejam a alma da cidade e permitam legar às gerações futuras uma cidade e um país com futuro.

A cidadã Ana Maria Machado Lages interveio sobre a segurança nas imediações da Alameda de Cartes, na sua habitação e no seu local de trabalho. Descreveu várias situações como ter visto uma pessoa a injetar droga na perna, na Alameda de Cartes, servindo-se de um pneu de um carro como apoio, ter assistido a um tiroteio junto ao seu local de trabalho a APPC – Associação do Porto de Paralisia Cerebral e ter sofrido dois assaltos na sua habitação, na Rua de São Roque da Lameira, no espaço de um mês. Afirmou que não se trata de perceções, mas sim da realidade.

Referiu que no seu local de trabalho há situações de assaltos no parque de estacionamento aos trabalhadores e familiares dos utentes da Associação e que a instituição tem suportado os elevados custos dos estragos causados pelos assaltos às instalações e do reforço da segurança do local.

Prosseguiu, chamando a atenção para a necessidade de garantir a limpeza do espaço público na Alameda de Cartes e questionando se a intervenção urbanística que decorre na envolvente dos bairros do Cerco, Falcão e Lagarteiro tem em conta a deslocalização do consumo e do tráfico de droga para aquela zona.

Questionou ainda se a instalação de uma sala de consumo assistido junto à Escola Básica do Cerco considerará a segurança de todos que por ali passam, tendo em conta que já é um espaço devoluto e onde há consumo de estupefacientes.

Agradeceu a disponibilidade e empatia dos agentes da Esquadra da PSP na Corujeira e disse esperar que o investimento em videovigilância e policiamento chegasse também aquela zona da cidade.

Terminou, reforçando a ideia de que não se trata de uma perceção de insegurança, mas da realidade que afeta 270 trabalhadores, 2500 utilizadores e as respetivas famílias.

Nuno Cruz, Presidente da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, interveio para dizer que os Presidentes de Junta da cidade estão aqui a ouvir os moradores, como Autarcas de proximidade e levariam a questão ao conhecimento do Presidente da Câmara.

Paulo Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Campanhã, em resposta, disse que esta situação se passa em Campanhã e está a ser devidamente tratada com a Junta de Freguesia de Campanhã, com as autoridades, com a Esquadra da Corujeira.

O cidadão Amândio José Bento Vila Pouca Vitorino disse representar a Comissão de Trabalhadores da Associação do Porto de Paralisia Cerebral, associação que está sediada naquele local há longos anos, sempre mantendo boas relações com a vizinhança. Afirmou que, desde o início do ano, um conjunto de pessoas que desconhecem começou a frequentar a zona, coincidindo com um aumento de violência, de assaltos, de furtos, nomeadamente à APPC. Reiterou os episódios relatados pela cidadã que interveio anteriormente e ocorridos na APPC e apelou à resolução da questão não só tendo em conta o bem-estar dos utentes e trabalhadores da APPC, mas também considerando a



questão social e a promoção da dignidade daquelas pessoas que ali andam e que precisam, naturalmente, de ser ajudadas.

O cidadão Abílio Manuel Saraiva da Cunha expressou-se no mesmo sentido das duas intervenções anteriores e disse que, até ao início de 2023, nunca tiveram qualquer problema com a comunidade. Disse que um dos objetivos da APPC é trabalhar com as crianças, jovens e até adultos na sua autonomia e, por isso, os técnicos têm feito um trabalho extraordinário para utilizar a Estação de Contumil e promover a mobilidade nos transportes públicos das pessoas com deficiência. Informou que, neste contexto, ultimamente, têm assistido a várias pessoas de cadeira de rodas que são perseguidas e roubadas. Apelou a que se desse prioridade à videovigilância na Avenida de Cartes e ao reforço pontual dos apoios que, enquanto IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social, recebem da Segurança Social, considerando que têm tido despesas acrescidas com os assaltos à Instituição e que pretendem manter um serviço de excelência.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, referiu que a situação na zona da Alameda de Cartes já tinha sido referida nas três intervenções anteriores e concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Campanhã.

Paulo Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Campanhã, reconheceu a existência do problema de insegurança naquela zona e explicou os contactos e reuniões que tem estabelecido, nomeadamente, com a PSP e o comandante da Esquadra da Corujeira ou com o Comando Metropolitano. Disse fazer falta mais policiamento naquela área e sublinhou que tem estado a trabalhar a questão com as Associações locais, nomeadamente a APPC, e reconheceu que o problema era comum a outras zonas da cidade como Ramalde, a Zona Histórica ou Aldoar.

A cidadã Maria Paula Rodrigues disse estar presente em representação da Associação de Moradores do Bairro Marechal Gomes da Costa, da Associação de Moradores do Bairro dos Músicos, do Movimento Fluvial Jardins sem droga e da Associação de Moradores Bairro das Condominhas. Explicou que pretendem alertar para a degradação das condições de higiene e segurança que se verificam e que se têm vindo a agravar junto à sala de consumo assistido do Porto, com inúmeros relatos de moradores e frequentadores destas zonas, relativamente às condições degradantes de toxicodependentes que se amontoam no chão e em tendas improvisadas e no terraço de acesso às instalações. Descreveu a forma como a situação afeta quem ali passa, desde moradores até aos turistas. Disse que o tráfico de droga se reinstalou na zona e pediu aos Membros da Assembleia que se afastassem das lógicas partidárias que nada resolvem.

Questionou sobre como foi possível aprovar a nova Lei da droga, que entrou em vigor no passado dia 1 de outubro, como se aceita que seja permitido consumir drogas injetáveis na via pública, nomeadamente junto às escolas e como se permite a falta de policiamento e de meios ao serviço das autoridades, quando aumentam a violência e os comportamentos que colocam em risco a segurança e a saúde públicas. Chamou a atenção para o facto de a sala de consumo assistido estar nas imediações de vários estabelecimentos de ensino e perguntou quais os indicadores usados para medir a eficácia da sala, considerando que foi pensada para 50 utilizadores diários e tem, atualmente, mais de 200. Perguntou se estava a ser equacionado encontrar outro espaço que satisfaça os diferentes interesses e se o objetivo de impedir o acesso a habitação social aos implicados no tráfico da droga tinha sido conseguido.

Terminou, agradecendo a atenção e uma resposta rápida da Assembleia Municipal e solicitando que fosse dado conhecimento da sua intervenção ao Executivo.

O cidadão Rui Carrapa, inscrito para intervir, **ausentou-se da Sessão.**



E nada mais havendo a tratar, **o Presidente da Assembleia Municipal**, Sebastião Feyo de Azevedo, **leu e submeteu à votação a Minuta da Ata que foi aprovada, por unanimidade, declarando encerrada a Sessão, eram 00h20.**

O Presidente da Assembleia Municipal



Sebastião Feyo de Azevedo

A Primeira Secretária



Isabel Menéres Campos

Anexo I: Declaração de Voto apresentada por Francisco Calheiros, José Manuel Varela e Rui Sá relativa à Moção “Por um Investimento efetivo na segurança pública da cidade” apresentada pelo Grupo Municipal Rui Moreira: Aqui Há Porto.



CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



CIDADE DO PORTO

**DECLARAÇÃO DE VOTO
MOÇÃO POR UM INVESTIMENTO EFETIVO NA SEGURANÇA PÚBLICA DA CIDADE APRESENTADA
PELO MOVIMENTO RUI MOREIRA AQUI HÁ PORTO**

Não obstante considerar que a proposta, nos seus considerandos, esquece que há áreas de atuação municipal que são fundamentais para minorar o sentimento de insegurança – e que tem estado menosprezadas -, bem como o facto de alguns dos problemas existentes do Porto em matéria de (in)segurança se devem a opções políticas que consideramos erradas – caso da aposta numa Movida com uma dimensão exagerada, concentrada num curto espaço territorial e horários demasiado alargados e não controlados, o Grupo Municipal da CDU votou favoravelmente esta proposta por concordar, no fundamental, com a sua parte deliberativa e por fazer uma apreciação positiva do tom construtivo adotado pelo grupo municipal que a propõe, em contraste com o clima de crispação que, nesta matéria, estava a ser adotado pela maioria municipal e, em especial, pelo Senhor Presidente da Câmara.

Porto, 16 de Outubro de 2023

O Grupo Municipal da CDU- Coligação Democrática Unitária

Francisco Calheiros

José Manuel Varela

Rui Sá

Handwritten initials and a checkmark.

Anexo II: Declaração de Voto apresentada por Agostinho Sousa Pinto, Paulo Silva, Rita Freitas, Miguel Arcos, Maria Graça Vaz, Ricardo Meireles, Alfredo Fontinha, Helena Maia e Paulo Ribeiro relativa à Moção “Segurança, um Dever do Estado” apresentada pelo Grupo Municipal Partido Social Democrata.

Declaração de Voto

Assembleia Municipal do Porto
16 de outubro de 2023

Proposta de Moção do PSD – Segurança, um Dever do Estado.

O desfasamento do PSD e da realidade já não nos surpreende. O PSD apresenta uma proposta de moção, assente em suposições e não em factos. Assente em perceções manifestamente exageradas e que não se compadecem com uma cidade segura, como o Porto, num dos países mais seguro da Europa.

Mas vamos a factos.

Acusa o PSD que se verifica uma situação de escassez e diminuição de efetivos policiais. Recuando ao período em que a coligação PSD /CDS era governo, em 2013, o efetivo policial da PSP, na cidade do Porto, era em número próximo ao que existe hoje. Trata-se um efetivo estável e que não sofreu uma variação significativa, apenas na ordem dos 5%.

No caso da Polícia Municipal, em 2016, um ano após o termo da Governação da coligação PSD /CDS, o efetivo da Polícia Municipal era de 119 elementos quando, em 2023, passou a integrar mais de 190 elementos. Acresce a esta circunstância que, no dia 16 do presente mês, foi anunciado um reforço de mais 20 elementos da PSP para a Polícia Municipal do Porto.

O PSD continua a errar quando procura censurar o atual governo do Partido Socialista por alegados problemas no rejuvenescimento do efetivo policial. A realidade, essa grande adversária do PSD, volta a desmentir a retórica deste partido.

É que não foi assim há tanto tempo, foi há 10 dias, que, na cerimónia de encerramento do 18.º Curso de Formação de Agentes e do 5.º Curso de Formação de Chefes, realizada na Escola Prática de Polícia, em Torres Novas, o Ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, sublinhou o reforço e rejuvenescimento das Forças de Segurança com mais 584 jovens que terminaram o Curso de Formação de Agentes da PSP.

Também anunciou que o reforço e rejuvenescimento das Forças de Segurança vai continuar no futuro, tendo anunciado que "Dentro de dias vamos abrir novos procedimentos, com autorização que já temos do Ministério das Finanças, para garantir o rejuvenescimento e continuar a trabalhar com a Direção Nacional para permitir e proporcionar que tornem esta missão de serviço público atrativa para as novas gerações".

Nesta cerimónia, o Ministro da Administração Interna, lembrou algumas das principais medidas em curso, tendo em vista valorizar as condições do exercício digno da atividade profissional e para tornar a função policial mais atrativa para as jovens gerações:

- Investimento estimado de 607 milhões de euros para modernizar as infraestruturas e os equipamentos para o exercício da atividade, até 2026;
- A melhoria das condições remuneratórias, estimada em 20%, entre 2023 e 2026;
- Investimento na aquisição, na requalificação e na construção de alojamento;
- Os acordos estabelecidos com os municípios.

Ainda por referência ao OE para 2023, o Ministro da Administração Interna conseguiu com que os elementos da PSP e GNR, "desde a base até ao topo", tivessem uma subida de salários, sendo "os maiores aumentos salariais desde 2010".

Já relativamente à proposta do OE para 2024, José Luís Carneiro, Ministro da Administração Interna, anunciou que as Forças de Segurança serão abrangidas pelo diploma que acelera progressão na carreira, e lembrou que, aquele diploma, contemplará um investimento de 10 milhões de euros na melhoria das condições remuneratórias das forças de segurança, permitindo que os elementos das forças de segurança com metade do tempo, poderão progredir nas suas categorias remuneratórias.

Importa recordar que está também aberto, um concurso para aquisição de viaturas, mas também para a reparação das viaturas das forças de segurança, num valor global de aproximadamente 34M€.

Ou seja, a percepção do PSD sobre este tema não bate certo com a realidade, tal como sucede com a percepção de insegurança na cidade, tantas vezes resultante da repetição de determinadas situações particulares que se procuram extrapolar para uma generalidade.

E importa não ceder à tentação de criar um facto político artificial na relação entre o MAI e a CM Porto nesta matéria.

À acusação do PSD de que o MAI não tem dado resposta às vozes da cidade que alertam para o alegado problema da segurança, respondemos, novamente, com factos:

O governo concluiu a Estratégia Integrada de Segurança Urbana, que visa o reforço e integração dos instrumentos de prevenção e iniciativas de policiamento de proximidade, através de uma articulação entre a dimensão de intervenção das polícias e a dimensão da ação da rede social local;

Realizaram-se várias reuniões das equipas mistas de prevenção da criminalidade no Porto, também com presença do ministro da Administração Interna, com todas as forças e serviços de segurança para avaliar os sinais relativos às ameaças e riscos e definir prioridades de intervenção operacional;

A PSP reforçou as suas operações no Porto – No passado mês de Junho a PSP realizou uma operação de combate ao tráfico de estupefacientes no Bairros da Pasteleira Nova



e Velha e nos concelhos da Maia, Matosinhos, Gondomar e Vila Nova de Gaia foram realizadas dezenas de operações que resultaram em 15 detidos, mais de 60 mil doses apreendidas (cocaína, heroína, haxixe), mais de 13 mil euros em dinheiro e diversas armas de fogos e viaturas.

Em julho 2023 após reunião com a Senhora Secretária de Estado da Administração Interna, o presidente da câmara e o Comando Metropolitano da PSP, foi reativado o contrato local de segurança do Porto. Em consequência, foi já realizada uma reunião entre as entidades do conselho local de ação social que têm intervenção nos bairros da Pasteleira e Pinheiro Torres com os serviços desconcentrados que integram o CLS, com a participação da PSP, para definição do plano de ação.

E importa não esquecer que, perante factos concretos, o MAI não hesitou em determinar o encerramento temporário de estabelecimentos de diversão noturna na cidade do Porto que estavam associados a problemas de segurança, como ainda recentemente ocorreu com uma famosa discoteca desta cidade.

A moção do PSD padece de um enorme desfasamento da realidade, pelo que votar favoravelmente a mesma é validar uma realidade alternativa, que não existe na nossa cidade e que vem pedir ao Governo o que já está, por este, assegurado.

Por estes motivos, votamos contra esta proposta de Moção do PSD.

A bancada Municipal do Partido Socialista

Agostinho Sousa Pinto

Paulo Silva

Rita Freitas

Miguel Arcos

Maria Graça Vaz

Ricardo Meireles

Alfredo Fontinha

Helena Maia

Paulo Ribeiro

Anexo III: Declaração de Voto apresentada por Francisco Calheiros, José Manuel Varela e Rui Sá relativa à Moção “Segurança, um Dever do Estado” apresentada pelo Grupo Municipal Partido Social Democrata.



CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



CIDADE DO PORTO

**DECLARAÇÃO DE VOTO
MOÇÃO SEGURANÇA, UM DEVER DO ESTADO
APRESENTADA PELO PSD**

Apesar das fortes responsabilidades que o PSD tem:

- pela sua ação governativa do País, no estado a que chegaram as forças de segurança nacionais,
- no fenómeno de disseminação do fenómeno do tráfico e consumo de droga originado pela demolição do bairro do Aleixo (por interesses meramente imobiliários);
- Na destruição do SICAD e na resposta integrada que este serviço possibilitava no apoio à recuperação dos toxicodependentes;

O Grupo Municipal da CDU – Coligação Democrática Unitária votou favoravelmente esta proposta por concordar, na generalidade, com o seu conteúdo, excecionando as alíneas c) e d) do seu ponto 2 que, por serem vagas e tendo em conta o histórico da posição do PSD, designadamente com a criação das “superesquadras” fazem duvidar da bondade da solução que lhes está subjacente.

Porto, 16 de Outubro de 2023

O Grupo Municipal da CDU- Coligação Democrática Unitária

Francisco Calheiros

José Manuel Varela

Rui Sá



Anexo IV: Declaração de Voto apresentada por Agostinho Sousa Pinto, Paulo Silva, Rita Freitas, Miguel Arcos, Maria Graça Vaz, Ricardo Meireles, Alfredo Fontinha, Helena Maia e Paulo Ribeiro relativa à Recomendação “Pelo reforço dos meios humanos e materiais das forças de segurança pública da cidade” apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.

Declaração de Voto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

16 de outubro de 2023

Proposta de Recomendação da CDU – PELO REFORÇO DOS MEIOS HUMANOS E MATERIAIS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA DA CIDADE

A CDU na referida Proposta de Recomendação propõe que a Assembleia Municipal do Porto, reunida em 16 de Outubro de 2023, delibere:

1. Manifestar a sua profunda indignação pelo facto de o Governo ter deixado chegar as forças policiais da Cidade a este nível de falta de recursos humanos e materiais, o que dificulta, objetivamente, o cumprimento das funções que lhe estão atribuídas;

O sentido de voto do Partido Socialista foi **Contra** esta proposta de recomendação por não se rever na forma nem na substância da mesma uma vez que entende ser exagerada e pouco rigorosa a terminologia utilizada e que os recursos humanos das forças policiais têm-se mantido equilibradas ao longo dos últimos anos.

No ano de 2022 o Comando metropolitano do Porto foi reforçado com mais 185 agente da PSP, dos quais 50 ficaram exclusivamente afetos ao policiamento de visibilidade, reforço esse que continuará a acontecer logo que termine o curso de formação de novos Agentes.

O Grupo Municipal do Partido Socialista

Agostinho Sousa Pinto

Paulo Silva

Rita Freitas

Miguel Arcos

Maria Graça Vaz

Ricardo Meireles

Alfredo Fontinha

Helena Maia

Paulo Ribeiro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Assunto: Aprovação da Ata da 55.^a reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 16 de outubro de 2023.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 16 de outubro de 2023. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 55.^a reunião.

Deliberada em Sessão Extraordinária de 30 de outubro de 2023.

O Presidente

Sebastião Foyo de Azevedo

A 1.^a Secretária

Isabel Menéres Campos

A 2.^a Secretária

Carla Leitão